

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM  
GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS  
DE COLOCAÇÃO, DA CONE S.A.**

CELEBRADA ENTRE

**CONE S.A.**  
*como Emissora;*

E


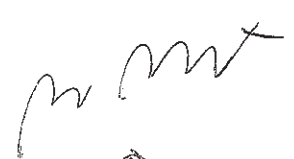

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas;*

E, AINDA,

**CONEPAR S.A.,**  
*como Fiadora*

**27 DE DEZEMBRO DE 2013**

---



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CONE S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

**CONE S.A.**, sociedade anônima, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, na Av. Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 467, 8º andar, parte, Pina, CEP 51011-051, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.860.795/0001-24, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Emissora**");

E, de outro lado:


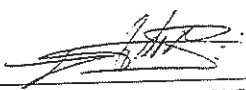
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de Agente Fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente emissão ("**Debenturistas**"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Agente Fiduciário**");

Como Fiadora:

**CONEPAR S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, na Av. Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 467, 13º andar, Parte, Pina, CEP 51011-051, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.909.453/0001-99, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("**Fiadora**")

(sendo a Fiadora, em conjunto com o Agente Fiduciário e com a Emissora, doravante denominados "**Partes**")

vêm por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cone S.A.*" ("**Escritura**"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

	<b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b>
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 08/01/2014
	SOB Nº: ED001244000
	Protocolo: 13/647571-0
Empresa: 26 3 0001847 1	
CONE S.A.	
	
JOÃO BATISTA DE MOURA	
SECRETARIO-GERAL	



## CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é firmada com base na deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Emissora ("AGE da Emissora") realizada em 20 de dezembro de 2013, que deliberou sobre os termos e as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2 A garantia fidejussória da Emissão é outorgada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Fiadora, em reunião realizada em 20 de dezembro de 2013 ("AGE da Fiadora").

## CLÁUSULA II - Dos REQUISITOS

2.1. Dispensa automática do registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. A 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional da Emissora (respectivamente, "Debêntures" e "Emissão") será realizada para distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de emissão pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Emissões Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Arquivamento e Publicação das atas da AGE da Emissora e da AGE da Fiadora

2.2.1. A ata da AGE da Emissora será arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") e será publicada nos jornais Diário Oficial do Estado de Pernambuco e Folha de Pernambuco.

2.2.2. A ata da AGE da Fiadora será arquivada na JUCEPE e será publicada nos jornais Diário Oficial do Estado de Pernambuco e Folha de Pernambuco.

2.3. Inscrição e Registro da Escritura na JUCEPE

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEPE, conforme disposto no artigo 62, II, e seu parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. Deverão ser enviados pela



Emissora para registro em até 1 (um) dia útil de sua celebração e uma vez devidamente registrado na JUCEPE deverá ser enviada pela Emissora, uma via original, ao Agente Fiduciário tempestivamente após o seu efetivo arquivamento.

## **2.4. Constituição das Garantias**

2.4.1. Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto na Cláusula 6.1, as garantias reais descritas na cláusula 6.1.1 abaixo, serão constituídas mediante o efetivo registro dos contratos nos competentes cartório(s) de registro de imóveis, ou de títulos e documentos, conforme o caso, conforme descrito nos respectivos instrumentos.

2.4.2. Em decorrência da constituição da garantia fidejussória outorgada pela Fiadora, esta Escritura e seus eventuais aditamentos posteriores deverão ser registrados no competente registro de títulos e documentos do domicílio das Partes, devendo ser enviado ao Agente Fiduciário cópia da Escritura registrada tempestivamente após a data da obtenção do último registro no competente cartório de títulos e documentos, a fim de que possa ser comprovada a correta constituição da Fiança (conforme definida abaixo).

## **2.5. Registro para Colocação e Negociação**

2.5.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e para negociação no mercado secundário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) e do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), respectivamente, administrados e operacionalizados pela CETIP S.A – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo as distribuições e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da referida Instrução.

## **CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Número da Emissão e Valor Total**

3.1.1. A presente Escritura representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, que serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476. O valor total da Emissão é de até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida no item 3.7 abaixo.



### 3.2. Valor Nominal Unitário

3.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

### 3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única, sendo emitidas até 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, as quais serão colocadas sob o regime de garantia firme de colocação.

### 3.4. Tipo, forma e comprovação de titularidade

3.4.1. As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de cautela ou certificados representativos de debêntures.

3.4.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme definido abaixo). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

### 3.5. Conversibilidade

3.5.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

### 3.6. Espécie

3.6.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional.

### 3.7. Data de Emissão

3.7.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de dezembro de 2013 ("Data de Emissão").

### 3.8. Local de Pagamento

3.8.1. Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados (i) pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e (ii) pelo Banco Liquidante (conforme definido abaixo), para as Debêntures não custodiadas eletronicamente na CETIP.



### 3.9. Imunidade dos Debenturistas

3.9.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora, com cópia ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.9.2. O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pela Emissora.

### 3.10. Prorrogação dos Prazos

3.10.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com sábado, domingo ou feriado declarados nacionais.

### 3.11. Encargos Moratórios

3.11.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures (conforme definida abaixo) a que fazem jus os Debenturistas, que continuarão sendo devidos pela Emissora até a data do seu efetivo pagamento, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos devidos e em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores devidos e em atraso, devidamente atualizado, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento, além das despesas incorridas para cobrança.

### 3.12. Decadência do Direito aos Acréscimos

3.12.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.11. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no



período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

### 3.13. Publicidade

3.13.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, quais sejam, nos jornais (a) Diário Oficial do Estado de Pernambuco e (b) Folha de Pernambuco, ou em outros, conforme deliberação da assembleia geral da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet* (<http://www.conebr.com>), sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

### 3.14. Destinação dos Recursos

3.14.1. Os recursos captados por meio da Emissão serão utilizados pela Emissora para: (i) liquidar a 2ª emissão de nota promissória comercial, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), da Emissora; (ii) pagamento de cédulas de crédito bancário nº 10111301000670 emitida pela Emissora em 16 de janeiro de 2013 e nº 10121211000090 emitida pela Emissora em 16 de novembro de 2012 e posteriormente aditada em 03 de dezembro de 2012, no valor total de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) na data de suas respectivas emissões; e (iii) desenvolvimento do plano de negócios da Emissora, nesta ordem de prioridade.

### 3.15. Repactuação

3.15.1. As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

### 3.16. Escriturador Mandatário e Banco Liquidante

3.16.1. O escriturador mandatário e o banco liquidante da Emissão é o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, Cidade de Osasco, estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF 60.746.948/0001-12 ("Escriturador Mandatário" e "Banco Liquidante").

### 3.17. Preço de Subscrição

3.17.1. As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário, acrescido *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração



(conforme definida abaixo) imediatamente anterior, até a data da efetiva integralização, pela Remuneração das Debêntures.

### 3.18. Colocação e Plano de Distribuição

3.18.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação ("Oferta Restrita") com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), das quais uma será a instituição intermediária líder ("Coordenador Líder"), mediante observância ao plano de distribuição descrito abaixo, observada a regulamentação aplicável, principalmente a Instrução CVM 476.

3.18.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenadores poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) investidores identificados como qualificados, conforme previsto no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, e do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.18.2.1. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, da Instrução CVM 476.

3.18.2.2. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Emissão a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (ii) informar aos Coordenadores até o dia útil imediatamente subsequente a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Emissão.

3.18.2.3. Os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados.

## CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Prazo e Data de Vencimento

4.1.1. O prazo de vencimento das Debêntures será de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2023 ("Data de Vencimento"),



observadas datas de liquidação antecipada das Debêntures resultantes (a) do vencimento antecipado das Debêntures ou (b) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures.

#### 4.2. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário

4.2.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado, em 90 (noventa) parcelas mensais, iguais e consecutivas, conforme a tabela a seguir, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de julho de 2016 e o último na Data de Vencimento, observadas as hipóteses de liquidação antecipada das Debêntures resultantes (a) do vencimento antecipado das Debêntures, ou (b) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures:

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão a ser amortizado		
		15/03/2019	1,1100%
		15/04/2019	1,1100%
15/07/2016	1,1100%	15/05/2019	1,1100%
15/08/2016	1,1100%	15/06/2019	1,1100%
15/09/2016	1,1100%	15/07/2019	1,1100%
15/10/2016	1,1100%	15/08/2019	1,1100%
15/11/2016	1,1100%	15/09/2019	1,1100%
15/12/2016	1,1100%	15/10/2019	1,1100%
15/01/2017	1,1100%	15/11/2019	1,1100%
15/02/2017	1,1100%	15/12/2019	1,1100%
15/03/2017	1,1100%	15/01/2020	1,1100%
15/04/2017	1,1100%	15/02/2020	1,1100%
15/05/2017	1,1100%	15/03/2020	1,1100%
15/06/2017	1,1100%	15/04/2020	1,1100%
15/07/2017	1,1100%	15/05/2020	1,1100%
15/08/2017	1,1100%	15/06/2020	1,1100%
15/09/2017	1,1100%	15/07/2020	1,1100%
15/10/2017	1,1100%	15/08/2020	1,1100%
15/11/2017	1,1100%	15/09/2020	1,1100%
15/12/2017	1,1100%	15/10/2020	1,1100%
15/01/2018	1,1100%	15/11/2020	1,1100%
15/02/2018	1,1100%	15/12/2020	1,1100%
15/03/2018	1,1100%	15/01/2021	1,1100%
15/04/2018	1,1100%	15/02/2021	1,1100%
15/05/2018	1,1100%	15/03/2021	1,1100%
15/06/2018	1,1100%	15/04/2021	1,1100%
15/07/2018	1,1100%	15/05/2021	1,1100%
15/08/2018	1,1100%	15/06/2021	1,1100%
15/09/2018	1,1100%	15/07/2021	1,1100%
15/10/2018	1,1100%	15/08/2021	1,1100%
15/11/2018	1,1100%	15/09/2021	1,1100%
15/12/2018	1,1100%	15/10/2021	1,1100%
15/01/2019	1,1100%	15/11/2021	1,1100%
15/02/2019	1,1100%	15/12/2021	1,1100%



15/01/2022	1,1100%	15/02/2023	1,1100%
15/02/2022	1,1100%	15/03/2023	1,1200%
15/03/2022	1,1100%	15/04/2023	1,1200%
15/04/2022	1,1100%	15/05/2023	1,1200%
15/05/2022	1,1100%	15/06/2023	1,1200%
15/06/2022	1,1100%	15/07/2023	1,1200%
15/07/2022	1,1100%	15/08/2023	1,1200%
15/08/2022	1,1100%	15/09/2023	1,1200%
15/09/2022	1,1100%	15/10/2023	1,1200%
15/10/2022	1,1100%	15/11/2023	1,1200%
15/11/2022	1,1100%	15/12/2023	1,1200%
15/12/2022	1,1100%	<b>Total</b>	<b>100,0000%</b>
15/01/2023	1,1100%		

#### 4.3. Atualização Monetária e Remuneração das Debêntures

**4.3.1. Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

**Remuneração das Debêntures** (i) a partir da Data de Emissão e até o período de 30 (trinta) meses contados da Data de Emissão, ou seja, 15 de junho de 2016, exclusive, as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *extra grupo* (“Taxas DI”), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida exponencialmente a uma sobretaxa de 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>); e (ii) após decorridos 30 (trinta) meses contados da Data de Emissão ou seja 15 de junho de 2016, inclusive as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das Taxas DI, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida exponencialmente a uma sobretaxa de 4,25% (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data de Emissão (inclusive) ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a Data de Pagamento da Remuneração subsequente (exclusive), e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme termo definido abaixo) e seguirá, para todos os fins, os critérios definidos no “Caderno de Fórmulas Debêntures CETIP21”, disponível para consulta na página da Internet da CETIP (<http://www.cetip.com.br>), de acordo com a fórmula a seguir (“Remuneração das Debêntures”).



*[Handwritten signatures and initials]*

4.3.1.1. O cálculo da Remuneração das Debêntures obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator\ de\ Juros - 1),$$

, onde:

"J" corresponde ao valor unitário dos juros devidos às Debêntures no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), acrescido de sobretaxa ou *spread*, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento Capitalização;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"FatorJuros" é o fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de sobretaxa ou *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

, onde

"Fator DI" corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, da data de início da capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

, onde

"n<sub>DI</sub>" corresponde ao número total de Taxas DI-Over, sendo "n<sub>DI</sub>" um número inteiro;

"TDI<sub>k</sub>" corresponde à Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

, onde:

"k" 1, 2, ..., n;

"DI<sub>k</sub>" corresponde à Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;



"d<sub>k</sub>" corresponde ao número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI-Over, sendo "d<sub>k</sub>" um número inteiro;

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

, onde:

"spread" (i) 2,20000 (dois inteiros e vinte centésimos) para o primeiro período (ii) 4,250000 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) para os demais períodos; e

"DP" corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Ficando estabelecido, para os fins do presente item que:

- (i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- (ii) o fator resultante da expressão  $[1 + (TDI,)]$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (iii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI,)]$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.3.1.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de TDIk, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.3.1.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas ("AGD") (na



forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado para o cálculo da Remuneração das Debêntures, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A AGD será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação deste novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a última Taxa DI divulgada.

4.3.1.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures desde o dia de sua indisponibilidade.

4.3.1.5. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 10.2.2. abaixo) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.4. O pagamento da Remuneração das Debêntures será realizado mensalmente, todo dia 15 (quinze) sendo que o primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures será devido ao final do 1º (primeiro) mês contado da Data de Emissão, ou seja, no dia 15 de janeiro de 2014 e o último pagamento na Data de Vencimento ou na data da liquidação antecipada das Debêntures resultantes (a) do vencimento antecipado das Debêntures, ou (b) do resgate antecipado da totalidade das Debêntures (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.5. Define-se período de capitalização ("Período de Capitalização") como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, exclusive, nos demais Períodos de Capitalização. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.6. Farão jus à Remuneração das Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a Data de Pagamento da Remuneração.



#### 4.7. Integralização

4.7.1. A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data da efetiva integralização.

#### 4.8. Resgate Antecipado Total ou Amortização Extraordinária das Debêntures

4.8.1. Resgate Antecipado Total: A Emissora poderá, a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, conforme definidas na Cláusula 10.2.2. abaixo, por meio de aviso aos Debenturistas publicado na forma da Cláusula 3.13 e comunicação por escrito ao Agente Fiduciário, com antecedência de 15 (quinze) dias úteis.

4.8.1.1. A Emissora deverá comunicar ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP sobre a realização do resgate antecipado total com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da respectiva data da realização.

4.8.1.2. O resgate antecipado total das Debêntures dar-se-á pelo pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento de demais encargos devidos pela Emissora e não pagos até a data do efetivo resgate. Ainda, ressalvado o abaixo disposto, sobre o saldo a ser resgatado será acrescido prêmio de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ("Prêmio de Resgate").

4.8.1.3. Caso o resgate venha a ocorrer em uma data de amortização já programada, a alíquota de Prêmio de Resgate incidirá somente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário que vier a exceder o valor programado.

4.8.1.4. As Debêntures que vierem a ser resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas.

4.8.2. Amortização Extraordinária: A Emissora poderá, a partir da Data de Emissão, realizar amortizações extraordinárias de parte das Debêntures em Circulação, conforme definidas na Cláusula 10.2.2. abaixo, por meio de aviso aos Debenturistas publicado na forma da Cláusula 3.13 e comunicação por escrito ao Agente Fiduciário, com antecedência de 15 (quinze) dias úteis.



4.8.2.1. A Emissora deverá comunicar ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CEEIP sobre a realização da amortização extraordinária parcial com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da respectiva data da realização.

4.8.2.2. A amortização extraordinária parcial, a qual poderá ser de, no máximo, de 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal das Debêntures, dar-se-á pelo pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário ou de sua parcela, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data da efetiva amortização extraordinária, sem prejuízo do pagamento de demais encargos devidos pela Emissora e não pagos até a data da efetiva amortização extraordinária. Ainda, ressalvado o abaixo disposto, sobre o saldo a ser amortizado será acrescido o prêmio de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ("Prêmio de Amortização Extraordinária").

4.8.2.3. Caso a amortização extraordinária venha a ocorrer em uma data de amortização já programada, a alíquota de Prêmio de Amortização Extraordinária incidirá somente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário que vier a exceder o valor programado.

4.8.2.4. Na hipótese de amortização extraordinária, as Debêntures em Circulação serão amortizadas de forma *pro rata* entre todos os titulares de Debêntures em Circulação.

#### CLÁUSULA V - DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA

##### 5.1. Aquisição Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observada as restrições da Instrução CVM 476, adquirir as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

5.1.2. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura.

5.1.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação.

#### CLÁUSULA VI - DAS GARANTIAS

##### 6.1. Garantias Reais



**6.1.1.** Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principal e acessórias, presentes e futuras, incluindo o pagamento (i) do Valor Nominal das Debêntures ou saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, *pro rata temporis*, e Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) de todos os acessórios ao principal, inclusive qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de despesas judiciais e extrajudiciais e/ou, quando houver, verbas indenizatórias devidas diretamente pela Emissora no âmbito de qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral bem como no âmbito da Emissão, desde que tais custos ou despesas tenham se mostrado necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes desta Escritura e tenham sido devidamente comprovados à Emissora ("Obrigações Garantidas"), conforme os termos e condições abaixo, a Emissora constituirá as seguintes garantias reais ("Garantias Reais"):

(i) **Alienação Fiduciária de Bens Imóveis.** A Emissora alienará fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, imóveis cuja avaliação seja equivalente a, no mínimo, 150% (cento e cinquenta por cento) do valor total da Emissão ("Imóveis"), nos termos do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia*" a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário; e

(ii) **Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Bancárias.** A Emissora cederá fiduciariamente em garantia, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, direitos creditórios oriundos de contratos de locação de imóveis cujo fluxo mínimo mensal de recebimento seja equivalente a 1% (um por cento) do valor total das Debêntures subscritas e integralizadas, os quais deverão passar por conta vinculada, nos termos do "*Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos Debenturistas, e do "*Contrato de Prestação de Serviços de Depositário*" a ser celebrado entre o Banco Bradesco S.A., a Emissora e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos Debenturistas.

**6.1.2.** A partir do 30º (trigésimo) mês contado da Data de Emissão, os imóveis relativos aos contratos de aluguel cujos recebíveis foram cedidos nos termos do item 6.1.1(ii) acima deverão ser alienados fiduciariamente em garantia à Emissão, devendo os Imóveis então alienados nos termos do item 6.1.1(i) acima serem liberados de acordo com o estabelecido nos contratos das Garantias Reais elencados nas alíneas (i) e (ii) da Cláusula 6.1.1 acima.

## **6.2. Garantia Fidejussória**

**6.2.1.** Para assegurar o cumprimento de todas as Obrigações Garantidas a Fiadora por este ato e na melhor forma de direito, presta fiança em favor dos Debenturistas, obrigando-se como fiadora e principal pagadora de todas as Obrigações Garantidas, e renunciando expressamente, neste ato,



aos benefícios de ordem, divisão e quaisquer direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (respectivamente, "Fiança" e "Código de Processo Civil").

**6.2.2.** O Agente Fiduciário notificará a Fiadora, em até 1 (um) dia útil, sobre a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração das Debêntures ou encargos de qualquer natureza, ou ainda àquelas devidas ao Agente Fiduciário. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora fora do sistema da CETIP e diretamente a favor dos titulares das Debêntures ou ao Agente Fiduciário, conforme o caso, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir do recebimento da comunicação do Agente Fiduciário informando e comprovando o inadimplemento da Emissora com relação às obrigações pecuniárias desta Escritura.

**6.2.3.** Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais ("Tributos"). Sendo assim, se a Fiadora for obrigada por lei a deduzir quaisquer Tributos de, ou com relação a, qualquer valor pagável com relação a Fiança, o valor pagável será majorado pelo valor necessário para que, após todas as deduções obrigatórias, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas receba(m) um valor equivalente à soma que teria recebido se não fossem realizados os descontos.

**6.2.4.** Nenhum pagamento será objeto de compensação de créditos eventualmente existentes em favor da Fiadora.

**6.2.5.** A Fiança é prestada no âmbito desta Escritura independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber.

**6.2.6.** Nenhuma objeção ou oposição da Emissora será admitida ou invocada pela Fiadora com o fim de escusar-se ao cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no âmbito desta Emissão.

**6.2.7.** A Fiança prestada pela Fiadora entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida e vigente em todos os seus termos até a data do pagamento integral das Obrigações Garantidas.

**6.2.8.** A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em caso de aditamentos, alterações e/ou quaisquer outras alterações de suas condições fixadas nas Debêntures, na Escritura e/ou nos



demais documentos da Emissão, desde que a Fiadora tenha concordado com tais aditamentos, alterações de suas condições.

**6.2.9.** A Fiadora sub-rogar-se-á no crédito devido pelos Debenturistas contra a Emissora, caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada.

**6.2.10.** Na hipótese de sub-rogação prevista nesta Cláusula, o exercício do direito de crédito subrogado ficará subordinado ao cumprimento integral das Obrigações Garantidas com a satisfação integral do crédito dos Debenturistas.

**6.2.11.** Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas.

**6.2.12.** A Fiadora desde já concorda e obriga-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos.

#### **CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO**

**7.1.** Observado o disposto nos itens 7.2 a 7.5 abaixo, os Debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data em que tiver ocorrido o último pagamento de Remuneração das Debêntures, até a data do seu efetivo pagamento, bem como de eventuais Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses com a Emissora e/ou a Fiadora, conforme o caso, respeitados os prazos de cura identificados nos incisos abaixo, quando aplicável ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

(a) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, contado a partir de 01 (um) dia útil da data de vencimento da respectiva obrigação pecuniária;

(b) (i) pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora e/ou pela Fiadora, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pela Fiadora; (iii) decretação de falência da Emissora e/ou da Fiadora; (iv) se a Emissora



e/ou Fiadora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; e (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou Fiadora;

(c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou Fiadora e não devidamente elidido e/ou contestado no prazo legal;

(d) vencimento antecipado de dívidas da Emissora e/ou Fiadora;

(e) inadimplemento de dívidas da Emissora e/ou Fiadora, em montante, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);

(f) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, de maneira que altere as atividades atualmente praticadas e o ramo dos negócios atualmente explorados pela Emissora;

(g) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, pela Emissora, caso esteja inadimplente com suas obrigações nos termos desta Escritura, sem a prévia autorização, por escrito, dos Debenturistas, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(h) incorporação, fusão, cisão, incorporação de ações ou qualquer outra reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou Fiadora, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos e desde que não haja mudança ou transferência de controle acionário da Emissora e/ou das Controladas (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), sem a prévia autorização, por escrito, dos Debenturistas, exceto (i) reorganizações societárias dentro do mesmo grupo econômico da Emissora envolvendo a participação da Fiadora e desde que seja mantida a participação acionária detida atualmente pelos demais acionistas; e (ii) transferência de ações, representativas ou não do controle entre os atuais acionistas controladores da Moura Dubeux Engenharia S.A. e da Fiadora, a saber: Aluísio José Moura Dubeux, Gustavo José Moura Dubeux, Marcos José Moura Dubeux e Marcos Roberto Bezerra de Mello Moura Dubeux;

(i) oferta pública de ações, ocorrência de qualquer alteração na composição do capital social da Emissora e/ou da Fiadora ou qualquer alienação, cessão ou transferência indireta, de ações do capital social da Emissora e/ou da Fiadora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na mudança, direta ou indireta, do controle da Emissora e/ou da Fiadora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas;



- (j) sequestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora, de valor igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), exceto se tal sequestro, arresto ou penhora for sanado no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da intimação da Emissora;
- (k) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura;
- (l) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), salvo se no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de intimação para pagamento do(s) protesto(s) ou no prazo estabelecido para pagamento, caso inferior a 10 (dez) dias, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o(s) valor(es) do(s) título(s) protestado(s) foi(ram) pago(s) ou depositado(s) em juízo;
- (m) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou Fiadora, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- (n) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em 15 (quinze) dias úteis, contados da data de recebimento da respectiva notificação, se aplicável, (ou menor período caso expressamente estabelecido nesta Escritura para o cumprimento de determinada obrigação não pecuniária);
- (o) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação e/ou ordem de prioridade diversa da descrita nesta Escritura;
- (p) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (q) extinção e/ou liquidação da Emissora e/ou da Fiadora, exceto se decorrente de reorganizações societárias dentro do mesmo grupo econômico previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em AGD;
- (r) se as garantias previstas nesta Escritura (a) forem objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros; (b) não forem devidamente constituídas e/ou formalizadas; (c) forem anuladas, e (d) de qualquer forma, se deteriorarem, deixarem de existir ou forem rescindidas sem que haja sua substituição e/ou reforço, nos termos dos respectivos contratos de garantia; ou
- (s) caso a Emissora deixe de cumprir o seguinte índice financeiro ("Índice



Financeiro"), o qual deverá ser verificado semestralmente, conforme comprovado por suas informações semestrais consolidadas e pelas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, conforme o caso:

"Dívida Líquida / Patrimônio Líquido Total  $\leq 0,5$

onde:

**Dívida Líquida:** corresponde ao endividamento bancário de curto e longo prazo total, menos saldo em caixa e em aplicações financeiras detidas pela Emissora acrescido dos valores depositados em conta vinculada que estejam bloqueados em garantia a operações de endividamento da Emissora.

**Patrimônio Líquido Total:** corresponde ao patrimônio líquido total da Emissora, acrescido (i) da participação de acionistas não controladores e (ii) apenas com relação às demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, dos valores da conta 'Variação de Reavaliação de Ativos', se houver, de acordo com as informações semestrais consolidadas ou com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, conforme o caso.

- (t) caso a Emissora transfira qualquer obrigação assumida por esta por meio desta Escritura de Emissão, exceto se anteriormente aprovado pelos Debenturistas;
- (u) caso seja realizada a redução do capital social da Emissora;
- (v) caso os imóveis relativos aos contratos de aluguel cujos recebíveis foram cedidos nos termos do item 6.1.1(ii) acima não forem alienados fiduciariamente em garantia à Emissão até o dia 15 de junho de 2016; ou
- (w) venda de ativos cujo valor, individual ou total, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) sem a prévia autorização, por escrito, dos Debenturistas.

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (f), (g), (h), (i), (j), (l), (m), (o), (p), (q), (r), (s), (t), (u), (v), e (w) do item 7.1. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, observados os eventuais prazos de cura estabelecidos em cada uma das alíneas descritas acima, devendo neste caso ser entregue notificação nesse sentido à Emissora pelo Agente Fiduciário. Na ocorrência dos demais eventos previstos acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário ou por qualquer dos titulares das Debêntures, em até 2 (dois) dias contados da data em que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas tomarem conhecimento da ocorrência do evento, AGD para deliberar sobre não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.



7.3. Na AGD mencionada no item 7.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e *quorum* previsto na Cláusula 10 desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

7.4. Na hipótese: (i) de não instalação da AGD mencionada no item 7.2 acima por falta de *quorum*; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 7.3 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

7.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 03 (três) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário por meio de carta protocolizada ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios no endereço constante do item 12.1 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 3.11 acima. No caso de declaração do vencimento antecipado, para que seja realizado o pagamento através da CETIP, esta deverá ser comunicado com, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis de antecedência.

#### CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

8.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos da Emissão, a Emissora e/ou Fiadora, conforme o caso, obrigam-se ainda a:

(a) no caso da Emissora, arcar, de forma exclusiva, com todos os custos relativos: (a) a Emissão, incluindo as publicações necessárias à Emissão, exigidas pelo Estatuto Social da Emissora ou requeridas pela lei ou demais normativos aplicáveis; (b) a confecção e publicação de qualquer documentação necessária à realização da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, sem limitação, eventuais custos com material de divulgação; (c) ao registro e liquidação das Debêntures e (d) todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures e sua negociação;

(b) no caso da Emissora, contratar e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, (a) o Escriturador Mandatário e o Banco Liquidante, (b) o Agente Fiduciário, e (c) o sistema de negociação das Debêntures no CETIP21;



- (c) no caso da Emissora, cumprir todas as determinações da CETIP, inclusive, mediante envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (d) no caso da Emissora, efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham incidir sobre a Emissão e que sejam de sua responsabilidade, conforme legislação tributária em vigor, inclusive em relação a eventuais taxas que venham eventualmente a ser exigidas pela CVM em razão da Emissão;
- (e) comunicar o Agente Fiduciário, os Debenturistas e autoridades cabíveis, no prazo de 01 (um) dia útil a contar da ocorrência de quaisquer eventos ou situações que seja de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas;
- (f) no caso da Emissora, cumprir com as obrigações estabelecidas no art. 17 da Instrução CVM 476, quais sejam: (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) imediatamente precedente a esta em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no tocante ao dever de sigilo e as vedações à negociação; (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e (g) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM;
- (g) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (h) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades de Ações, juros sobre o capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de qualquer valores devidos aos Debenturistas, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- (i) no caso da Emissora, efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelos Debenturistas e/ou Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os seus direitos e interesses ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios



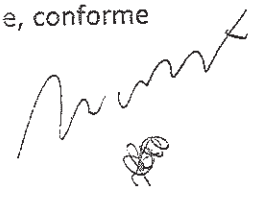

razoáveis e outras despesas e custos razoáveis, comprovadamente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas;

- (j) deverá a Emissora cumprir o disposto no artigo 48, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- (k) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução da CVM 476 e no artigo 48 da Instrução da CVM 400;
- (l) no caso da Emissora, abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400, observadas as disposições previstas na regulamentação aplicável;
- (m) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- (n) manter válidas e regulares, até a Data de Vencimento das Debêntures, as declarações prestadas nesta Escritura;
- (o) deverá a Emissora cumprir na íntegra com a Instrução CVM 476; e
- (p) no caso da Emissora, fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (i) em até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras completas e consolidadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do Índice Financeiro devidamente auditado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
  - (ii) em até 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada ano, cópia das informações financeiras suas informações semestrais consolidadas da Emissora, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas de relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as



rubricas necessárias para a obtenção do Índice Financeiro devidamente revisado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (iii) anualmente, declaração do representante legal da Emissora com poderes para tanto de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações na Escritura;
- (iv) em até 03 (três) dias úteis os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias da Emissora, que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas;
- (v) em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para os Debenturistas que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, observadas as normas de divulgação de informações a que esteja sujeita;
- (vi) 1 (uma) via original da Escritura registrada na JUCEPE e nos cartórios de títulos e documentos competentes, nos termos e prazos previstos nas cláusulas 2.3 e 2.4.2 acima;
- (vii) no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do registro no(s) competente(s) cartório(s) de registro de imóveis, a matrícula atualizada dos Imóveis atestando a averbação da alienação fiduciária dos Imóveis;
- (viii) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme Cláusula 7.1 desta Escritura, no mesmo dia em que tomar conhecimento ou conforme solicitado pelo Agente Fiduciário. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar para mitigar tal ocorrência. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu exclusivo critério, exercer suas faculdades, pretensões e poderes previstos na presente Escritura, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures;
- (ix) notificação em até 01 (um) dia útil sobre qualquer alteração relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias, societárias ou nos negócios da Emissora que impossibilite ou dificulte o cumprimento das obrigações desta Escritura;
- (x) em até 03 (três) dias úteis informações solicitadas pelo Agente Fiduciário para a verificação do cumprimento das obrigações pecuniárias e não pecuniárias relativas a esta Emissão; e
- (xi) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e todos os atos societários da Emissora necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM 28 (conforme definido abaixo), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 de março de cada ano. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes de bloco de controle, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social.



## CLÁUSULA IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

### 9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constituiu e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos titulares das Debêntures.

### 9.2. Remuneração do Agente Fiduciário

9.2.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração correspondente a parcelas anuais de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto dia útil) contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

9.2.2. As parcelas citadas na cláusula 9.2.1 supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.2.3. As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.2.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.2.5. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.



### 9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento) no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação da referida AGD não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo a sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, observado a Cláusula 9.3.2 acima.

9.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28").

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, o qual deverá ser arquivado na JUCEPE.

9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura, ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.



#### 9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em atos normativos da CVM, ou na presente Escritura, consistem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures e da Emissão, se for o caso;
- (h) verificar a regularidade da constituição das garantias, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada pela escritura de emissão, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (j) intimar a companhia a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;



- (k) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, dos Imóveis, ou de outras comarcas que entender necessário;
- (l) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (m) convocar, quando necessário, a AGD, através de anúncio publicado pelo menos por 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos na Cláusula 3.13. desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (n) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (o) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- i. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
  - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
  - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora com relação aos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - ix. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - v. constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
  - vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
  - vii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;



- viii. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- x. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
- (x.1) denominação da Emissora;
  - (x.2) valor da emissão;
  - (x.3) quantidade de debêntures emitidas;
  - (x.4) espécie;
  - (x.5) prazo de vencimento das debêntures;
  - (x.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
  - (x.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (p) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "m" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (o.1) na sede da Emissora;
  - (o.2) no local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - (o.3) na CVM;
  - (o.4) na CETIP; e
  - (o.5) na sede do Coordenador Líder.
- (q) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "m" acima;



- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, ao Escriturador Mandatário e/ou à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive, referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- (s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura;
- (t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data que tomar conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- i) à CVM; e
  - ii) à CETIP.
- (u) divulgar as informações referidas na Cláusula 9.4.1 alínea (o) inciso (x) em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
- (v) divulgar o Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou seu *website*.



## 9.5. Declaração

### 9.5.1. O Agente Fiduciário declara, sob as penas da lei, que:

- (a) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) o representante legal do Agente Fiduciário que assina esta Escritura tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;



- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (f) é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivessem conhecimento, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas;
- (l) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão ou desde que autorizado, nos termos das normas expedidas pela CVM; e
- (m) aceita integralmente esta Escritura e todos os seus termos e condições.



## 9.6. Atribuições Específicas

9.6.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar, observadas as deliberações da AGD e as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as Garantias Reais e/ou a Fiança, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando a tal hipótese se referir ao disposto na alínea "e" acima.

## 9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas mencionadas na Cláusula 9.7.1. acima para o fim de ser por ela ressarcido em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 9.7.2. acima, será acrescido à dívida da Emissora.



9.7.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.7.4.1. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 9.7.3 acima, os Debenturistas impedidos por lei de fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2. abaixo, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuarem o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em Circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em Circulação.

9.7.4.2. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, alimentação e transportes, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses Debenturistas.



## CLÁUSULA X - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

### 10.1. Convocação

10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

10.1.2. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, ou pela CVM.

10.1.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no mínimo, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora efetua suas publicações nos jornais, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.4. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembleia geral de acionistas.

10.1.5. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 08 (oito) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 05 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

10.1.6. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

10.1.7. Nas deliberações da AGD, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria das Debêntures em Circulação, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em leis ou na presente Escritura.

10.1.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

10.1.9. Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de representantes de quaisquer das Partes desta Escritura, Debenturistas ou seus mandatários. A comprovação poderá ser feita, mediante a prévia apresentação de documentos



regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados e registrados em cartório.

## 10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quoruns* de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se debêntures em circulação todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau ("Debêntures em Circulação"). Para efeitos de *quorum* de deliberação, não serão computados, ainda, os votos em branco.

10.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.

## 10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures presentes à AGD ou àquele que for designado pela CVM.

10.3.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

## 10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações na remuneração, na Data de Vencimento das Debêntures, nas datas de pagamento da remuneração, nas condições de prazo, amortização e espécie das Debêntures, nas cláusulas de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, bem como alterações a qualquer *quorum* de deliberação previsto nesta Escritura, exceto o quórum previsto na Cláusula 9.6.2 acima, deverão contar com a aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.



10.4.2. As alterações das disposições estabelecidas na Cláusula 10.4.1 acima deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

#### CLÁUSULA XI - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

##### 11.1. Declarações e Garantias da Emissora e da Fiadora

11.1.1. A Emissora e a Fiadora declaram, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações, inclusive as societárias e regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, não sendo exigida qualquer outra autorização ou outro consentimento para tanto;
- (c) têm plena capacidade para cumprir com todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (d) os representantes legais da Emissora e da Fiadora que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e da Fiadora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) no caso da Emissora, tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e as formas de cálculo da Remuneração das Debêntures foram acordadas por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador, em observância ao princípio da boa-fé;
- (g) a celebração, os termos e condições desta Escritura, o cumprimento das obrigações aqui previstas e a Oferta Restrita (i) não infringem seu Estatuto Social; (ii) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e a Fiadora sejam parte ou pelo qual qualquer de seus bens e propriedades esteja vinculados; (iii) não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela



Emissora e pela Fiadora; (iv) não resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e da Fiadora, exceto com relação às garantias a serem constituídas; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (v) não infringem qualquer disposição legal a que a Emissora e a Fiadora ou qualquer de seus bens esteja sujeito; e (vi) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e a Fiadora ou qualquer de seus bens ou propriedades;

- (h) as informações prestadas por ocasião do registro das Debêntures na CETIP são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (i) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas pela Emissora e pela Fiadora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (j) possuem, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, salvo se em processo de renovação;
- (k) exceto pelas contingências informadas nas demonstrações financeiras da Emissora e da Fiadora, não é, nesta data, de conhecimento da Emissora e da Fiadora a existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental;
- (l) estão em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei; e
- (m) não há qualquer ligação entre a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

**11.1.2.** A Emissora se obriga, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos ou despesas, devidamente comprovados (incluindo custos judiciais e honorários advocatícios razoáveis), diretamente incorridos pelos



Debenturistas em razão da falsidade ou da incorreção de quaisquer das declarações prestadas acima.

**11.1.3.** A Emissora e a Fiadora, na data de sua ciência, comprometem-se a notificar em até 02 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes.

## **Cláusula XII - Comunicações**

12.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

(a) Para a Emissora:

### **CONE S.A.**

Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº. 467, 8º andar, parte, Pina  
CEP 51011-051, Recife - PE

At.: Sr. Marcos Roberto Bezerra de Mello Moura Dubeux / Mauro Rubin

Telefone: (81) 3087-2467

Fac-símile: (81) 3087-8040

E-mail: mrd@conebr.com / mauro.rubin@conebr.com

(b) Para o Agente Fiduciário:

### **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca  
CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br



(c) Para o Escriturador Mandatário e Banco Liquidante

**BANCO BRADESCO S.A.**

Núcleo Administrativo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara

CEP 06029-900 - Osasco, SP

At.: Sr. Marcelo Ronaldo Poli/ Sr. João Batista de Souza

Tel.: (11) 3684-7654 / 3684-7911

Fac-símile: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br / 4010.jbsouza@bradesco.com.br

(d) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-002 - São Paulo - SP

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

At.: Gerência de Valores Mobiliários

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

12.3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 12.2. acima serão arcados pela parte inadimplente.

**CLÁUSULA XIII - CUSTOS DE REGISTRO**

13.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

**CLÁUSULA XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



14.2. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

14.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

14.4. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes na Escritura, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia, nos termos da legislação aplicável.

14.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

14.6. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do



Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

14.7. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

14.8. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

14.9. Fica eleito o Foro central da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 27 de dezembro de 2013.

(assinaturas na próxima página)

	<b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b>
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 08/01/2014
	SOB Nº: ED001244000
	Protocolo: 13/647571-0
	Empresa: 26 3 0001847 1
	CONE S.A.
	JOÃO BATISTA DE MOURA
	SECRETARIO-GERAL



Página de assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cone S.A., em 27 de dezembro de 2013 – página 1 de 3

CONE S.A.



Nome:

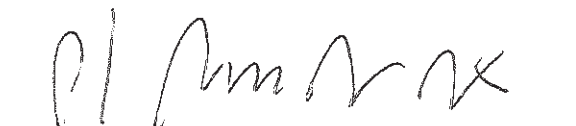
Cargo:



Nome:

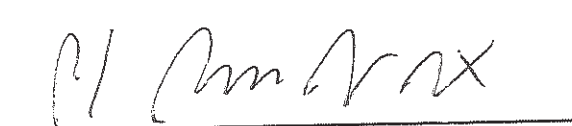
Cargo:

CONEPAR S.A.



Nome:

Cargo:



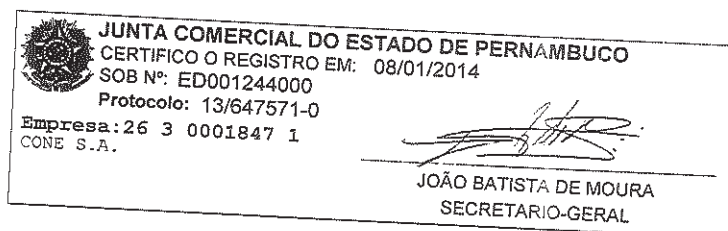
Nome:

Cargo:



Nome:

Cargo:





Página de assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cone S.A., em 27 de dezembro de 2013 – página 2 de 3

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Nome:

Cargo:

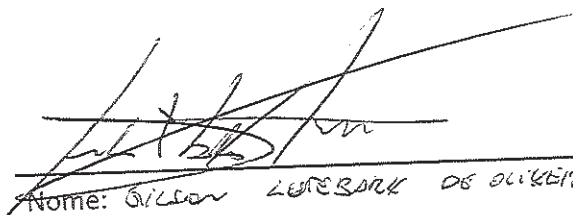
**Marcelle Santoro**  
Diretora

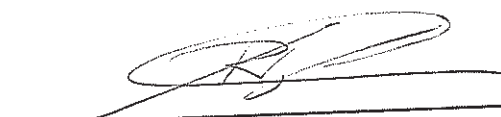
	<b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b>
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 08/01/2014
	SOB Nº: ED001244000
	Protocolo: 13/647571-0
	Empresa: 26 3 0001847 1 CONE S.A.
 JOÃO BATISTA DE MOURA SECRETARIO-GERAL	




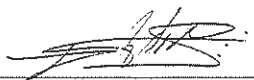
Página de assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cone S.A., em 27 de dezembro de 2013 – página 3 de 3

TESTEMUNHAS:

  
Nome: GILSON LUTERBANK DE OLIVEIRA  
Id.: 08987702-3

  
Nome: RODRIGO A.C. DE MENEZES  
Id.: 5290721



	<b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b>
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 08/01/2014
	SOB Nº: ED001244000
	Protocolo: 13/647571-0
	Empresa: 26 3 0001847 1
	CONE S.A.
	 JOÃO BATISTA DE MOURA SECRETÁRIO-GERAL

